

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATA Nº 253ª – REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, realizou-se de forma presencial a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Bernardo do Campo. Participaram da referida reunião os seguintes **Conselheiros Titulares:** Anielle Costa dos Santos, Joseleine de Campos Gomes, Renata Peixoto Gonçalves Nigro, Ilma Yuriko Hasegawa Enjiu, Alan Mazzolini, Adriana Colombani, Mateus Versolato, Francisco Carlos M. Lopes e **conselheiros suplentes:** Luciana Pardim, André Luiz K. Vial, Luiz Fernando Leme da Silva; Maria Lucia Leite, Thamires Moraes Santos, Daniela Alves Lima Barbosa e **como convidados e/ou observadores:** Julio Gomes da Silva(munícipe); Keila C. da Silva Viena (Urgências de SBC); Antonio Junior (ABASC), Wilson Vieira Junior, Rosana da Silva Romão (Munícipe), Odete Gonçalves Oliveira, Daniela Lima Barbosa e Marcia Caravieri (Intérprete de Libras). **1) Abertura:** A reunião inicia-se às 14h12, onde a Sra. Anniele, Presidente deste Conselho, dá boas vindas a todos os conselheiros e também aos convidados e colaboradores presentes. **2) Deliberações: 2a) Justificativas de ausências de conselheiros:** Foram apresentadas pela Sra. Solange Rodrigues Antunes do Serviço de Apoio aos Órgãos Colegiados, as seguintes justificativas de ausências as quais foram deliberadas por consenso, a saber: Sr. Kaue Pedro Costa – Vice-Presidente que foi submetido a uma cirurgia e está em período de recuperação, e Sr. Adriel Molina devido a demanda de trabalho. **2b) Deliberação de Ata CMDPCD nº 252ª** - A Sra. Anniele informa que será submetida para apreciação e aprovação na próxima Reunião Ordinária. **2c) Substituição de conselheiro (a) na Comissão Eleitoral de vacâncias da Sociedade Civil – Gestão 2024/2025** - A Sra. Anniele informa que devido ao desligamento da servidora Luciana Costa Barboza há a necessidade de substituição da representante na Comissão Eleitoral. Sra. Luciana Pardim se manifesta e se coloca-se à disposição para compor tanto a Comissão Eleitoral e a Comissão de Denúncias e Notificações. Em seguida a Sra. Anniele põe em votação a devida substituição sendo aprovada em consenso por todos (as) presentes votantes. **2d) Edital da Eleição de Vacâncias da Sociedade Civil do CMDPCD Gestão 2024/2025:** Anielle informa que reuniu-se com a Comissão Eleitoral para analisar e adequar o Edital de Eleição das Vacâncias dos representantes da Sociedade Civil, aproveita para fazer a leitura do Edital na íntegra para apreciação dos conselheiros. Após a leitura, como não houve nenhuma contestação ou correção, foi devidamente deliberado pelos

34 Conselheiros (as): Allan Mazzoleni, Francisco Lopes, Luis Fernando Leme da Silva, Thamires
35 Moraes Santos, Adriana Colombani, Daniela Alves Lima Barbosa, André Luiz Vial, Anniele Costa,
36 Renata Nigro. **2e) Substituição da Conselheira da Mesas Diretora (Secretária Geral):** Anniele
37 informa que deverá ter substituição também, tendo em vista o desligamento da representante
38 Luciana Costa Barboza. Considerando que na ocasião da posse dos novos conselheiros na Gestão
39 2024/2025, a Sra. Luciana e o Sr. Adriel manifestaram interesse em compor a mesa, e foi
40 devidamente deliberado o Sr. Adriel como suplente. Portanto a Sra. Presidente aguardará a próxima
41 reunião ordinária em que o conselheiro Adriel esteja presente e verificar se teria interesse em
42 continuar como suplente ou substituir a Sra. Luciana Costa Barboza como titular. **2f) Substituição**
43 **de Representante na Comissão de denúncias e notificações.** Foi devidamente deliberado por
44 consenso conforme item 2c) anterior. **3) Informes: 3ª) Comissão de acessibilidade:** Dada a
45 palavra para o Sr. Sr. Francisco Lopes, que informa que está aguardando retorno do Ofício enviado
46 à Secretaria de Esportes e Lazer para confirmar agendamento de uma visita no Crec Vila Marlene
47 em relação a irregularidade de acessibilidade da rampa de acesso. Sr. Francisco pergunta se houve
48 resposta ao Ofício enviado e, a Sra. Solange do Apoio dos Conselhos informa que o Conselho
49 obteve retorno somente da Delegacia Regional de Ensino sobre a obra na Escola Dr. Baeta Neves,
50 que já reencaminhou o assunto para a empresa contratada e aguarda resposta para nos encaminhar,
51 em relação as obras do Crec Vila Marlene não foi enviada devolutiva. **3b) Comissão de Políticas**
52 **Públicas:** Dada a palavra para o Sr. Alan que inicia falando da importância de retomar as
53 atualizações do CMDPCD no facebook, e voltar a atualizar com informações deste Conselho e
54 pautas pertinentes de interesse da Pessoa com Deficiência. Menciona que conforme reunião com
55 esta comissão, foi definido que deverá ser enviado ofícios para as Secretarias do Município, com a
56 finalidade de verificar quais serviços, eventos e ações são realizadas no âmbito da Pessoa com
57 deficiência e as formas de atendimento para orientar e divulgar. Anniele destaca que será enviado
58 um ofício para a SAS-Secretaria de Assistência Social para que seja providenciado banner para
59 divulgação em eventos. Sr. Allan finaliza dizendo que quanto aos Eventos será objeto de discussão
60 nos próximos encontros desta Comissão e destaca que foi decidido pela Comissão enviar um Ofício
61 para a Secretaria de Comunicação para que seja informado a este Conselho todos os eventos
62 programados pertinentes à Pessoa com Deficiência. **3c) Comissão de Denúncias e Notificações:**
63 Sra. Anniele informa que a Comissão se reuniu e foram analisadas e realizados os devidos
64 encaminhamentos das denúncias que já estavam em andamento e irão avançando e deliberando
65 conforme cada demanda e datas de cadastramento neste Conselho. Finalizadas as informações
66 quanto aos trabalhos das comissões, passa a palavra para todos que queiram se manifestar ou
67 esclarecer alguma dúvida sobre o Conselho. Sr. Mateus Versolato toma a palavra e menciona que
68 tem verificado o estado das calçadas no Município, com diversas irregularidades, dificultando a

69 passagem de transeuntes e principalmente as pessoas com deficiência que transitam com cadeira de
70 rodas, mobilidade reduzida, deficientes visuais. Questiona qual a Secretaria do Município é
71 responsável pela fiscalização das calçadas. Aproveita também para solicitar um relatório do fluxo
72 de fiscalização. Sr. Ilma conselheira representante da Secretaria de Transportes pede a palavra e
73 destaca que a manutenção dos passeios e das calçadas é de responsabilidade dos proprietários dos
74 imóveis e não do município. Diante disso a Sra. Anniele sugeriu enviar um Ofício para a Secretaria
75 de Serviços Urbanos–SU, solicitando informações sobre as fiscalizações e notificações de
76 irregularidades nos passeios. Colocado em votação foi deliberado por consenso o envio do ofício.
77 Sr. Wilson toma a palavra e declara que tem um filho autista de 5 anos e tem tido dificuldade em
78 agendar atendimento, a Policlínica encaminha para a CER - **Centro Especializado de Reabilitação**
79 **(CER)** e esta encaminha para a Policlínica, questiona sobre a transparência na lista de espera pois
80 tem uma fila de agendamento e não tem uma previsão de quando será feito o agendamento. Sra.
81 Renata conselheira representante da Secretaria da Saúde toma a palavra e frisa que a fila é
82 devidamente respeitada e somente os casos mais graves são reencaminhados para atendimentos de
83 urgência. Sra. Anniele orienta o Sr. Wilson formalizar por e-mail sua reclamação, enviando para o
84 CMDPCD, que encaminhará para a Comissão de Notificações e Denúncias, onde após análise será
85 direcionada aos setores competentes. Sra. Keila (Colaboradora da Comissão de Políticas Públicas)
86 pede a palavra e solicita informações sobre o Centro de Referência de Autismo, qual público alvo,
87 se poderia ter acesso aos projetos, como será o fluxo de atendimento e se já tem um prazo para
88 inauguração, pois tem um grupo de mães com filhos autistas que tem questionado sobre o
89 andamento do Centro de Referência do Autismo. Sra. Anniele cita que sugestões de pautas devem
90 ser formalizadas enviando previamente por e-mail, para ciência e apreciação das comissões
91 competentes, uma vez que o Conselho não tem acesso e conhecimento de todas as informações
92 atualizadas para responder em plenária, e quando enviada com antecedência, contribuirá para que as
93 reuniões sejam mais produtivas, fundamentadas e com divulgação de informações corretas e
94 efetivas. Em seguida a Conselheira Renata representante da Secretaria da Saúde, aproveita para
95 adiantar e esclarecer que o Centro de Referência do Autismo não será um centro de convivência e
96 sim um Centro de Tratamento do Autismo. Acrescenta ainda que, apesar do município por
97 intermédio da Secretaria da Saúde e do CER - Centro Especializado de Reabilitação (CER), estarem
98 participando, acompanhando e cooperando no desenho do Centro de Referência com as tratativas
99 junto ao Estado, ainda não se tem a definição quanto a governabilidade, ou do Estado ou do
100 Município. Destacando porém que, o prédio será cedido pelo Município, sendo o HMU-Hospital
101 Municipal de Urgências, localizado no Rudge Ramos. Os atendimentos e encaminhamentos deverão
102 passar pelo referenciamento através das UBS-Unidades Básicas de Saúde e da Secretaria da Saúde.
103 Salienta ainda que, caso seja Estadual, o município não terá acesso e influência nos fluxos de

104 atendimentos. O prazo previsto para a conclusão das obras e inauguração não será longo, pois as
105 reformas estão em ritmo acelerado. Em suma, o ideal seria aguardar as tratativas do Município com
106 o Estado, para obter todas as informações efetivas quanto ao Centro de Referência para Tratamento
107 dos Autistas e trazer em plenária para ciência, orientação e divulgação através do Conselho
108 Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência-CMDPCD com conteúdo já definido sobre o
109 funcionamento em geral. Sra. Renata finaliza dizendo que, caso o Centro de Referência seja
110 municipal, ela certamente será a gestora e, se compromete trazer todas as informações e os fluxos
111 de atendimento e funcionamento para este Conselho. **3d) Encontro de Gestores Públicos na área**
112 **da Pessoa com Deficiência de Barueri-SP, realizado dia 04/04/2024.** Sra. Anniele informa que
113 foi participar do encontro os Conselheiros Mateus Versolato (Representante da Sociedade Civil),
114 Luciana Pardim (Assistente Social e representante da SAS-1), e Sra. Paula Assistente de Diretoria
115 da SAS-2- Secretaria de Assistência Social. Sr. Mateus comenta que é uma Secretaria da Prefeitura
116 de Barueri focada para para os direitos das Pessoas com Deficiência, muito bem estruturada, oferece
117 diversos atendimentos e serviços voltados à pessoa com deficiência nas seis modalidades de
118 deficiência (física, auditiva, visual, intelectual, múltipla ou transtorno do espectro autista) no
119 mesmo local, contando com: tecnologia assistiva, Centro-Dia, prevenção e serviço especializado
120 em deficiência visual, apoio e emprego, esporte e superação, libras, transporte e isenção tarifária,
121 carteira de identificação, programa de apoio, equoterapia e consultoria técnica. Sr. Mateus observa a
122 importância deste modelo no município, onde poderia centralizar todas as ações e serviços
123 direcionados às pessoas com deficiência. Sr. Fernando ressalta que há uma grande diferença de
124 recursos disponibilizados na dotação orçamentária voltada à Pessoa com Deficiência em Barueri,
125 culminando em uma Secretaria como referência voltada à pessoa com deficiência no Estado de São
126 Paulo. Sr. André Vial pontua que no Município existe um leque de serviços e atendimentos voltados
127 às pessoas com deficiência, porém é pulverizado entre as Secretarias com suas devidas pertinências.
128 Sugere que seria importante, verificar junto à todas as Secretarias os serviços prestados e ofertados
129 no Município, dados que alimentariam um mapeamento com todas as informações, onde haverá
130 maior transparência entre os munícipes, criando maior visibilidade à população. Maria Lúcia
131 complementa que, também deve haver uma maior movimentação da sociedade civil em relação aos
132 direitos da pessoa com deficiência em todas modalidades de deficiência e não somente autismo.
133 Alan pede a palavra para oferecer aos conselheiros e colaboradores e ouvintes os livros
134 Brinquedotecas e Brincadeiras Inclusivas e Compreendendo a Lei Brasileira de Inclusão (Uma
135 conversas e mãos para mãos) ambos de autoria e publicação do Instituto Mara Gabrilli. Sr. Garcia,
136 servidor aposentado da Polícia Militar, durante 30 anos, pede a palavra para fazer uma breve
137 explanação do seu trabalho voltado a inclusão social há 17 anos, presidente de uma ONG-
138 Organização Não Governamental para atividades esportivas, sendo um Centro Olímpico para todos

139 tipos de deficiências. Comenta que é um trabalho muito nobre no tratamento oferecido, porém
140 ressalta a necessidade de atenção e assistência psicológica com os pais, seria necessário um
141 atendimento social com os pais dos filhos com deficiência. Tem verificado a dificuldade com os
142 laudos exigidos para inscrição, questiona sobre os critérios utilizados para as vagas de inclusão,
143 enfatiza que as vagas para deficientes não são respeitadas, tanto em estacionamentos públicos e com
144 maior gravidade nos estabelecimentos privados, questiona se no município tem fiscalização. Tem
145 por diversas vezes presenciado a violação no respeito com as vagas e percebe que não existe
146 fiscalização para as vagas reservadas para deficientes no município de São Bernardo do Campo e
147 em toda a região do ABC. A Presidente do Conselho dá a palavra para a representante da Secretaria
148 de Trânsito, esclarecer sobre as normas do trânsito no Município. Sra. Ilma informa que tem um
149 padrão de sinalização no município e no site tem um manual com toda a orientação sobre a
150 sinalização, acrescenta que não existe convênio entre a PMSBC e estabelecimentos privados para
151 gerenciamento e fiscalização. Destaca que o Município autua, o infrator recorre no Jari e é dado
152 provimento ao recurso. Sr. Garcia enfatiza que todas as vagas de estacionamento privado, o agente
153 público é obrigado a fiscalizar, e se não o faz há a prevaricação do agente público. Ressalta que é
154 amparado na Lei 9503/1997 em seu “Artigo 24º. Compete concorrentemente aos órgãos e entidades
155 executivos de trânsito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios executar a fiscalização de
156 trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas e penalidades previstas neste Código,
157 observado o disposto no § 2º do art. 22 e no § 4º do art. 24 deste Código. (Incluído pela Lei nº
158 14.599, de 2023) Parágrafo único. As competências privativas previstas no § 2º do art. 22 e no § 4º
159 do art. 24 podem ser delegadas por meio do convênio de que trata o art. 25 deste Código. (Incluído
160 pela Lei nº 14.599, de 2023)” e destaca que há previsão também na Lei de trânsito para PCD-
161 Pessoas com Deficiência. Adriana pede a palavra, para chamar a todos para uma reflexão, onde
162 todos tem suas dores, e aqui as pessoas brigam pela causa, e a indiferença da sociedade é porque
163 nada o atingiu, grande parte da população não usufrui dos serviços públicos, porque são
164 autossuficientes, tem convênio médico e situação financeira privilegiada, porém complementa que,
165 as muitos munícipes não conhecem a APAE, e frisa que é necessário unir as informações, os
166 trabalhos que são oferecidos, nas instituições, na saúde, na SAS – Secretaria de Assistência Social.
167 Hoje a reabilitação, a educação tem que passar por mudanças, não se pode ter ego, vaidade. A
168 população não tem conhecimento dos serviços oferecidos às (aos) PCDs. A Sra. Joselene
169 representante do Poder Público da Secretaria da Educação, fala da questão da inclusão, se discute
170 muito depois que o problema apareceu. A Educação tem ações educativas quanto ao trânsito, pensar
171 nas questões de divulgação. Informa que mesmo os representantes do governo não sabem de todos
172 os serviços, deu a idéia de se criar um guia de serviços ligados ao PCD. Quanto aos problemas
173 enfrentados em relação as infrações de vagas de estacionamento, o Conselho pode realizar de

174 campanhas de conscientização da população. Não tendo mais nada a Sra. Aniele agradece a todos e
175 da por finalizada a reunião. **5) Encerramento:** A reunião encerrou-se às 16.11 hs. Eu, Solange
176 Rodrigues Antunes, Secretária Executiva deste Conselho, secretariei a reunião e lavrei esta ata, a
177 qual assino juntamente com a Sra. Aniele Costa dos Santos, Presidente do Conselho Municipal dos
178 Direitos da Pessoa com Deficiência de São Bernardo do Campo.

179

180

181 **Aniele Costa dos Santos**

182 Presidente do CMDPcD/SBC

Solange Rodrigues Antunes

Secretária Executiva do CMDPcD/SBC